

HABEAS CORPUS Nº 548.861 - MG (2019/0358199-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : NAIANE SOUZA LOURENCO
ADVOGADO : NAIANE SOUZA LOURENCO - MG193431
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : RENATO MOZER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO, EXTORSÃO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER (POR DUAS VEZES CADA CRIME). PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA MESMA PENA IMPOSTA A CORRÉU. PROVIMENTO DO RHC N. 98.567/MG, A FIM DE DETERMINAR QUE O TRIBUNAL *A QUO* APRECIASSE O MÉRITO DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA, RELATIVA AO MESMO PEDIDO. JUNTADA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO PERTINENTE. AUSÊNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.
Inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

O presente *writ*, impetrado em benefício de **Renato Mozer** contra ato coator do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, não comporta processamento.

Com efeito, busca a impetração a readequação da dosimetria da pena imposta ao paciente na Ação Penal n. 024.10.222.095-1, do 2º Tribunal do Júri da comarca de Belo Horizonte/MG, decorrente da sessão de julgamento realizada no dia 7/12/2011, ao argumento de que ao corréu André Luiz Bartolomeu, julgado pelos mesmos fatos delituosos em 17/6/2015, teria sido aplicada a pena muito menor.

Ocorre que, da atenta análise dos autos, observa-se que a impetrante se limitou a juntar cópia do acórdão que julgou o *Habeas Corpus* n. 1.0000.18.023687-9/000, em sessão realizada em 18/4/2018, deixando de juntar aos autos cópia de eventual acórdão proferido após a decisão proferida no Recurso em *Habeas Corpus* n. 98.567/MG, na qual dei provimento ao recurso para determinar que o Tribunal *a quo* analisasse o mérito da impetração originária (fls. 90/92).

Ora, o *habeas corpus* não comporta dilação probatória e exige prova

Superior Tribunal de Justiça

pré-constituída das alegações. Cabe ao impetrante o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas no *writ*.

Por tais razões, **indefiro liminarmente** o pedido de *habeas corpus* nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator